DOI 10.5216/ov18i1.47379

A DIPLOMACIA E A HISTÓRIA DO REINO (PORTUGAL, SÉCULO XV)

Douglas Mota Xavier de Lima[*]

Resumo: Tendo em vista a importância da dinastia de Avis na construção e na reestruturação da história do reino de Portugal, o presente estudo propõe discutir como a diplomacia e, especialmente, as cerimônias da diplomacia atuaram na promoção da história do reino durante o século XV. Para tal, concentra-se a reflexão no *Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, sobre o casamento de D. Leonor, na narrativa *Viaje a España*, sobre a viagem de Jorge de Ehingen aos reinos ibéricos, e na *Oratio Oboedientiae* ao papa, em 1485, de Vasco Fernandes de Lucena. Procura-se demonstrar que através da diplomacia se apresentava ao estrangeiro a história do reino de Portugal associada à providência divina e à luta contra o infiel, marcas da memória quatrocentista promovida pela dinastia de Avis.

Palavras-chave: Portugal; Dinastia de Avis; Diplomacia; Memória.

[*] Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil, na área de História Antiga e Medieval. Doutor (2016) e Mestre (2012) em História pela Universidade Federal Fluminense, Nitérói. Rio de Janeiro, Brasil. Bacharel e Licenciado em História (2009) Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo/Núcleo Norte e membro do Scriptorium - Laboratório de Estudos Medievais e ibéricos da Universidade Federal Fluminense. E-mail: dougmotahistoria@gmail.com

DIPLOMACY AND THE HISTORY OF THE KINGDOM (PORTUGAL, CENTURY 15TH)

Abstract: Considering the importance of the Avis dynasty in the construction and restructuring of the history of the kingdom of Portugal, the present study discusses how diplomacy and, especially, the ceremonies of diplomacy served to promote the history of the kingdom during the fifteenth century. Thus, the reflection focuses on the *Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, about the marriage of D. Leonor, on the narrative *Viaje a España*, about the trip of Jorge de Ehingen to the Iberian kingdoms, and on the *Oratio Oboedientiae* to the pope, in 1485, by Vasco Fernandes de Lucena. The intend is to demonstrate that through diplomacy it was presented to the foreigner the history of the kingdom of Portugal associated to divine providence and to the fight against the infidel, marks of the memory of the 14th century promoted by the Avis dynasty.

Keywords: Portugal; Avis Dynasty; Diplomacy; Memory.

THE LA DIPLOMACIA Y LA HISTORIA DEL REINO (PORTUGAL, SIGLO XV)

Resumen: En vista de la importancia de la dinastía de Avis en la construcción y la reestructuración de la historia del reino de Portugal, el presente estudio propone discutir cómo la diplomacia y, especialmente, las ceremonias de la diplomacia, actuaron en la promoción de la historia del reino durante el siglo XV. Para ello, se concentra la reflexión en el *Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, sobre la boda de de D. Leonor, en la narrativa Viaje a España, sobre el viaje de Jorge de Ehingen a los reinos ibéricos, y en la *Oratio Oboedientiae* al papa, en 1485, de Vasco Fernandes de Lucena. Se busca demostrar que a través de la diplomacia se presentaba al extranjero la historia del reino de Portugal asociada a la providencia divina ya la lucha contra el infiel, marcas de la memoria cuatrocentista promovida por la dinastía de Avis.

Palabras clave: Portugal; Dinastía de Avis; Diplomacia; Memoria.

A dinastia de Avis figura na história geralmente associada à epopeia dos descobrimentos e à defesa da independência do reino frente às pretensões de Castela, resistência marcada pela retumbante vitória na batalha de Aljubarrota (1385). Entre os historiadores, as temáticas da centralização política e do processo de legitimação e afirmação monárquica constituem dois eixos de reflexão que evocam uma série de ações da dinastia em prol de alcançar tais objetivos. Consolida-se nas pesquisas a ideia de um *projeto político de Avis* e de um *esforço propagandístico* por parte da dinastia[1], representando um conjunto de ações no plano legislativo, literário, teatral, arquitetônico, cerimonial, etc., que tiveram como resultado não apenas a afirmação da dinastia no período quatrocentista, mas também a consolidação de uma memória dinástica associada à luta contra o infiel, à defesa da independência do reino, ao modelo de família exemplar, à providência divina e ao messianismo.

O papel das crônicas régias quatrocentistas e quinhentistas para a conformação deste processo tem sido amplamente investigado pelos historiadores e um dos aspectos ressaltados nas pesquisas é que o fazer histórico dos cronistas avisinos foi capaz de (re)estruturar o passado do reino no intuito de justificar e legitimar o tempo presente. Nesse quadro, são exemplos as profecias relacionadas à ascensão de D. João I, a narrativa sobre o evangelho português, os discursos sobre a conquista de Ceuta e sobre a morte do monarca, a noção de martírio do infante Santo, ou ainda a estruturação do milagre de Ourique.

Sem desconsiderar a importância das crônicas, cabe interrogar como outras ações monárquicas contribuíram para a constituição da história do reino nos termos indicados. Nessa via, o presente estudo aproveita a temática *Os usos da memória: representações do passado nas fontes medievais* para discutir como a diplomacia e, especialmente, as cerimônias da diplomacia também atuaram na promoção da história do reino. O texto se inicia com algumas considerações gerais sobre as cerimônias da diplomacia e, em seguida, concentra-se na discussão da promoção do culto ao infante Santo e do Mosteiro da Batalha aos viajantes estrangeiros. Promoção essa presente no *Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, na narrativa *Viaje a España*; e na veiculação externa do milagre de Ourique, na *Oratio Oboedientiae* ao papa, em 1485, de Vasco Fernandes de Lucena.

Cerimônias da diplomacia: notas introdutórias

Parte integrante do sistema de comunicação política representado pelas celebrações monárquicas, as embaixadas, os casamentos régios e as celebrações da paz são exemplos ímpares da relação entre poder e cerimonial e entre cerimônias e diplomacia na Baixa Idade Média. Sobre o tema Donald Queller argumenta que "Probably at no time in history has ceremony been more importante, in diplomacy ceremonial and elsewhere, than at the end of the Middle Ages" (1967, p. 190). O universo de celebrações citadas pode ser identificado como "festas políticas", organizadas em torno de um evento extraordinário, como um casamento régio, uma entrada real, um nascimento de membro da família real etc. (GRINBERG, 2009; JACQUOT, 1965; LADERO QUESADA, 2004). Não obstante, ainda que tenham particularidades,

as cerimônias da diplomacia não devem ser dissociadas de um conjunto mais amplo de celebrações monárquicas que apresentam, por vezes, características muito similares. Este é o caso, por exemplo, das entradas régias e das viagens nobres.

As referências de que festas eram realizadas por vitórias militares, chegada de missões diplomáticas, conclusão de tratados de paz e encontros régios aparecem em diferentes estudos, todavia, a falta de registros sobre as embaixadas menores deixa a impressão de que tais cerimônias aconteciam principalmente nas missões ilustres, que contavam com membros de elevado estatuto social e tinham como objetivo negociar tratados, casamentos ou oferecer obediência ao Sumo Pontífice. Nessas circunstâncias, será esse grupo de embaixadas solenes que servirá de base para as reflexões a seguir.

Um dos principais estudos sobre as festas políticas na Península Ibérica, especialmente no caso de Castela, é o artigo de Teófilo Ruiz acerca das festas de Valladolid. Nesse trabalho o autor considera que

> Las imágenes de poder y majestad eran promovidas por medio de celebraciones y de fiestas muy elaboradas, de torneos y también de entradas ceremoniales en las ciudades y pueblos del reino. [...] Las justas de la época, con frecuencia un evento salvaje en si mismo pero en el que la violencia estaba regulada, las fiestas ceremoniales que a menudo incluían representaciones dramáticas con sugestivos *tableaux vivans* y maquinaria fantástica y las entradas solemnes en las ciudades, todo eso constituía parte del caldo de cultivo donde se criaba y crecía la nueva "religión de la monarquía", una religión que se introducía inexorablemente a través de valores laicos y espitiruales en todo el occidente medieval. [...] Más aún, los símbolos y los colores que se exhibían en estos acontecimientos eran de por si mensajes tan importantes como las celebraciones mismas: estos mensajes, a veces, no son fáciles de reconocer ni de explicar y, sin embargo, juegan un papel tan crucial en la elaboración de la imagen del rey como otros factores mucho mejor estudiados (RUÍZ, 1988, p. 250).[2]

Consoante os apontamentos de Ruíz (1998), as festas da realeza veiculam mensagens e promovem a imagem do poder. Nesses termos, cabe interrogar como a diplomacia contribuiu para essa promoção. Em linhas gerais, consideramos que a diplomacia medieval estava diretamente relacionada à comunicação e à circulação de informações, sendo expressão da crescente importância da informação e do acentuado processo de politização da informação no baixo medievo.

Tal orientação faz-se presente, em especial, na historiografia alemã com os estudos de Gerd Althoff (1997), Christina Lutter (1998), Michael Jucker (2004), entre outros que avançaram nas aplicações das teorias da comunicação e da antropologia cultural para a compreensão da *politische Kommunikation*, termo que agrega os mecanismos da diplomacia medieval entendidos a partir das noções de *condições de comunicação*, relacionadas aos documentos e à organização das chancelarias; *portadores de comunicação*, referentes aos mensageiros e embaixadores; e *regras de comunicação política*, correspondentes às trocas e às negociações da diplomacia. Do mesmo modo, os conceitos de comunicação e informação vem estruturando pesquisas sobre a comunicação diplomática, as quais têm contribuído, entre outros aspectos, para elucidar a posição dos embaixadores nas missões diplomáticas (PÉQUIGNOT, 2009, p. 5).

As relações entre comunicação e política também serviram de base para Filippo de Vivo (2007) em *Information and Communication in Venice: rethinking Early Modern Politcs*. Ao analisar o caso de Veneza, Vivo (2007) faz uso da noção de *political communication* em um sentido amplo, isto é, como referência à circulação de informações e ideias relativas a instituições e eventos políticos e, a partir desta, articula os meios de comunicação, as mensagens, os receptores e os intermediários, demonstrando como o governo veneziano gerenciava as informações políticas e esforçava-se para manter o segredo político.

Diante desses apontamentos, considera-se que a diplomacia medieval foi um instrumento de comunicação política. Como tal, através das práticas diplomáticas é possível perceber ações em prol do controle de informação, da coleta de informação e mesmo da criação de informações. Será em torno dessa problemática que trataremos como em algumas cerimônias da diplomacia – recepções e apresentações de embaixadas – foram veiculadas informações que apresentavam uma história do reino de Portugal marcada pela providência divina desde a fundação do reino.

*

Em primeiro lugar, cabe considerarmos o casamento de D. Leonor com o imperador Frederico III em 1451. O enlace em questão encontra-se descrito na *Chronica de El-Rei D. Affonfo* V, de Rui de Pina (1901), e principalmente no *Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein* (1992)[3], obra que será a base de nossas considerações. A narrativa de viagem trata do deslocamento dos embaixadores do Império para o desfecho das negociações do casamento de D. Leonor, citando a passagem por diferentes partes da cristandade, com destaque para a viagem pela Península Ibérica, onde os embaixadores visitaram Santiago de Compostela e os reinos de Castela, Aragão e Portugal. Concentrando a atenção na etapa lusitana, o texto informa que após uma longa viagem e os infortúnios enfrentados no caminho, os ilustres embaixadores foram recebidos em Lisboa e conduzidos à presença do rei. A embaixada prosseguiu suas atividades na corte portuguesa, finalizando o enlace matrimonial no dia 02 de agosto de 1451. Dessa etapa inicial da viagem, destaca-se que os embaixadores visitaram o Mosteiro da Batalha, panteão régio da dinastia de Avis, e o Mosteiro de Alcobaça, relacionado aos primórdios da monarquia portuguesa e ao processo de reconquista.

Ao avançar na narrativa, observa-se que uma série de festas palacianas e festas públicas tiveram lugar após a conclusão do casamento, dentre estas chama atenção as celebrações do dia 14 de outubro. Nesse dia a imperatriz foi conduzida do castelo à cidade para assistir a representações e espetáculos organizados "com muito esmero um pouco por todo o lado" (DIÁRIO, 1992, p. 35). O espetáculo teve início à porta do castelo com a representação do Sacro Império, com o procedimento de eleição do imperador e com a nomeação de Frederico pelo bispo de Colônia. No lado oposto do castelo foi encenado o Sumo Pontífice, com os cardeais, coroando o rei dos romanos e a esposa. Em frente à Igreja de S. Vicente, o cortejo foi recebido pelo arcebispo, com seus cônegos e outros clérigos, os quais aclamaram e abençoaram a

imperatriz. A comitiva seguiu para a Sé, onde o povo estava reunido, "quase vinte mil pessoas de ambos os sexos" (DIÁRIO, 1992, p. 37) segundo a descrição. Neste lugar doutores eloquentes exaltavam a figura do imperador e de sua esposa, além de narrar os grandes feitos portugueses na luta em defesa da fé cristã e contra os infiéis. Eis a marcante passagem da narrativa:

> No mesmo local, outro brilhante doutor narrou de modo eloquentíssimo os atos de bravura praticados pela fé cristã e pelo povo, de que modo e quantas vezes se haviam exposto contra bárbaros, sarracenos e infiéis, e com a ajuda de Deus tinham alcançado vitória, e como tinham prestado e mantido assistência e plena obediência à Santa Igreja Romana, como haviam submetido a si os africanos e implantado, dilatado e protegido a fé cristã aquém e além mar, em muitos lugares. Aqui ouvi narrar a permanência da fé cristã no reino de Portugal: de que modo os reis de Portugal se expuseram à morte, contra os bárbaros e africanos, como ensina a experiência do grande e alargado domínio de Ceuta, em África; de que modo Dom Fernando, tio da senhora desposada, a imperatriz, se entregou à morte pela pátria e libertação do seu povo em África. À menção da sua morte toda a multidão começou a chorar, e levantou-se um grande e alto clamor do povo a Deus, pela alma do rei Dom Fernando, assim martirizado e morto em África. Creio piamente que ele é um dos salvandos. Sem lágrimas nunca pude contar esta história (DIÁRIO, 1992, p. 37-39).

A pregação a qual participou o embaixador alemão fala do auxílio divino aos monarcas portugueses – sem, contudo, citar diretamente o milagre de Ourique –, reafirma a obediência à Roma numa época ainda envolta nas dissensões cismáticas, exalta as campanhas africanas avisinas e cita o martírio do infante D. Fernando. Em relação ao martírio, a celebração do casamento de D. Leonor constitui a segunda cerimônia oficial relacionada ao infante, tio do rei, cativo após o desastre de Tânger (1437) e falecido em 1443. Desta maneira, o trecho presente no Diário é expressão dos primeiros passos do culto monárquico ao infante Santo em Portugal.

Como demonstra Clínio Amaral (2008), a partir da morte de D. Fernando, houve um movimento deliberado de se aproveitar da imagem trágica dessa morte em favor do poder régio, expresso em doações de D. Pedro (1444), então regente do reino, e em doações da duquesa da Borgonha (1445), igualmente irmã do falecido, exemplos do primeiro movimento no sentido de promover o culto ao infante. Para o autor, nessa primeira etapa de promoção do culto, este não estava estruturado como elemento da unidade do reino, associação que marcaria o investimento monárquico no culto durante o reinado de D. Afonso V. Foi durante o período do *Africano* que ocorreram as primeiras manifestações públicas de culto ao infante Santo e de devoção popular. Primeiramente, as vísceras do infante foram entregues ao rei em 1º de junho de 1451, na cidade de Santarém, e a cerimônia de traslado das vísceras ao Mosteiro da Batalha ocorreu oito dias depois, com grande solenidade, tendo essas cerimônias marcado o início do culto ao infante na Batalha. Segundo as hagiografias do infante, desde a chegada das vísceras faziam-se cerimônias litúrgicas associando o príncipe de Avis aos mártires. A segunda cerimônia de destaque em prol desse culto ocorreu em 1472, quando os ossos de D. Fernando foram resgatados e, posteriormente, trasladados ao Mosteiro da Batalha. A realeza ordenou que arautos percorressem as ruas da cidade de Lisboa convidando o povo para uma grande procissão comparada ao Corpus Christi (AMARAL, 2008, p. 302-307).

Relacionando a narrativa dos embaixadores aos dados sobre o desenvolvimento do culto ao infante D. Fernando em Portugal, observa-se que a comitiva visitou o Mosteiro da Batalha no dia 25 de julho, dia de Santiago, ou seja, pouco mais de um mês após o traslado das vísceras e o início do culto ao infante no local. Somando esse fator ao trecho da pregação em Lisboa, nas festas públicas de outubro, percebe-se a mobilização da monarquia avisina para promover o culto ao infante perante os visitantes estrangeiros e, como ressalta Amaral (2008), construir uma memória do martírio de D. Fernando associada à história providencialista, messiânica e cruzadística do reino português.

O caso em questão permite considerar ainda dois aspectos: o uso do Mosteiro da Batalha como ponto de visita dos viajantes estrangeiros e as cerimônias monárquicas como veiculação da história do reino fora de Portugal. O *Diário* não esclarece quem conduziu os embaixadores até o mosteiro, informando apenas que ao atravessar a fronteira entre a Galiza e Portugal os viajantes chegaram a Valença, onde encontraram um companheiro com criados e montadas (DIÁRIO, 1992, p. 25). De todo modo, tendo ocorrido ou não o direcionamento da coroa para que a comitiva passasse pela Batalha, fato é que os embaixadores por lá passaram, deixaram registro de que no mosteiro estava a sepultura do "sereníssimo e sempre vitorioso senhor rei Dom Duarte e de Dona Leonor, rainha de Portugal, e de todos os reis e rainhas de Portugal e do Algarve" (DIÁRIO, 1992, p. 27), e possivelmente tiveram o primeiro contato com o recém-estabelecido relato do martírio do infante Santo, narrativa que ouviriam meses depois nas festas em Lisboa e que causaria a emoção descrita no *Diário*.

Chama atenção que poucos anos depois, em 1457, durante a viagem do cavaleiro da Suábia, Jorge de Ehingen, novamente o Mosteiro da Batalha volte a aparecer numa narrativa estrangeira. A obra *Viaje a España*[4] narra que o cavaleiro foi ao encontro do rei português na cidade de Lisboa, anunciada como capital do reino, e foi devidamente hospedado em alojamento preparado pelo monarca. Ao ser convocado à corte, Jorge de Ehingen foi conduzido por senhores e outros nobres e encontrou o palácio ricamente ornado. A narrativa indica que a recepção se deu em português, língua que o viajante não conhecia, tendo sido necessário um intérprete. Noutro momento a narrativa Jorge de Ehingen indica que:

> Nos hicieron recorrer todo el reino, visitando bellas ciudades, castillos y monasterios, y especialmente uno de estos últimos superior á cuantos habia visto. Es de la Orden de Santo Domingo y fué fundado por un Rey de Portugal, siendo denominado *monasterio de la batalha*, por que muchos años antes un Rey de Portugal combatió, en el paraje que ocupa, contra os castellanos (VIAJE, 1879, p. 32).

Diferente da narrativa do *Diário*, o texto autobiográfico de Jorge de Ehingen permite observar uma ação deliberada da corte afonsina no intuito de levar o viajante estrangeiro ao Mosteiro da Batalha e, consequentemente, divulgar a memória em pedra da dinastia, memória associada à vitória em Aljubarrota e à providência divina. O viajante indica que não conseguia compreender o que se falava na corte afonsina, porém a visita ao mosteiro e às demais cidades do reino também foi uma forma de contar ao cavaleiro sobre a história de Portugal e, após a partida de Jorge de Ehingen com cartas de D. Afonso V para a imperatriz D. Leonor, propagar essa história nas diferentes cortes da cristandade.

Diogo Ramada Curto sustenta que os matrimônios e outras ocasiões festivais eram ocasiões particularmente intensas para a comunicação da corte com o mundo exterior e para a "identificação dos hábitos nacionais" (1997, p. 113). O *Diário* traz uma série de outros trechos nos quais se constatam a exaltação do reino e a preocupação com a promoção da história de Portugal. Ao chegar à cidade de Lisboa, os embaixadores descrevem a história do local dizendo que "esta cidade foi construída por Ulisses, em honra de sua mulher, que tinha o nome de Bana; e o nome é composto de Bana e Ulisses, o que forma Ulixbana" (DIÁRIO, 1992, p. 29), trecho que destaca a antiguidade e as raízes gregas de Lisboa, temática que, no século seguinte, ficou célebre na pena de Damião de Góis.

Os exemplos citados reforçam a perspectiva de que as cerimônias da diplomacia constituíam momentos singulares para a circulação de informações sobre a monarquia, o reino e também sobre a cidade que sediava os festejos. Os dois casos demonstram que os viajantes estrangeiros registraram textualmente a grandiosidade das celebrações e as práticas realizadas nas terras lusitanas, permitindo que essa impressão circulasse por demais regiões da cristandade exaltando o reino de D. Afonso V. As cerimônias monárquicas e, especificamente, as cerimônias relacionadas à diplomacia demonstram, assim, outros mecanismos pelos quais a monarquia estruturava, reestruturava e veiculava a história do reino, especialmente, para fora de Portugal.

Há ainda outra referência do *Diário* diretamente vinculada à relação entre a diplomacia e a memória do reino. No dia 19 de fevereiro de 1452, D. Leonor e seu séquito dirigiram-se para a cidade de Siena ao encontro de Frederico III. A infanta foi recebida no dia 24, na porta Camollia, "com grande cortejo, solenidade e honra", e para celebrar o encontro foi erigida uma estátua de pedra para que "ficasse memória perpétua desse momento" (DIÁRIO, 1992, p. 71-73). A crônica de Rui de Pina acrescenta que foi o embaixador lusitano João Fernandes da Silveira quem mandou fazer a "coluna de mármore mui alta com o escudo Real de Portugal" (PINA, 1901, Cap. CXXXIII). Ambas as narrativas indicam que o encontro prosseguiu com festejos e, posteriormente, o casal seguiu para Roma a fim de concluir o matrimônio e proceder ao coroamento pelo papa Nicolau V. Porém, é sobre a escultura de Siena que recai nossa atenção. Ainda que a sua feitura possa não estar relacionada ao embaixador português, destaca-se a intenção de registrar o ocorrido para a posteridade através da *Collona del Portogallo* e das repercussões da construção.

Um dos artistas italianos descritos por Giorgio Vasari, Bernardino di Betti, conhecido como Pinturicchio (c.1454-1513), deixou registrado o acontecimento na *Libreria Piccolomini* da catedral de Siena. A pintura começou a ser feita no ano de 1502 e teve fim em 1508. O célebre afresco de Pinturicchio (FIGURA 1) acerca do encontro ressalta no primeiro plano o imperador, a princesa D. Leonor e o bispo de Siena, Eneas Sílvio Piccolomini, futuro papa Pio II; além de, ao fundo, assinalar a coluna de mármore presente na descrição do Diário e da *Chronica de El-Rey D. Affonso* V. Nota-se que a produção da escultura e, posteriormente, do afresco foi atravessada pelos diferentes interesses dos principais envolvidos na cerimônia, o imperador Frederico III, a infanta Leonor e, consequentemente, o rei de Portugal, e o próprio bispo de Siena, Eneas Piccolomini. Registrado em texto, em tintas e em mármore, o acontecimento

permanece cravado na vida da urbe italiana (FIGURA 2) e pode servir de indício de que a preocupação quatrocentista em perpetuar as memórias dos feitos portugueses foi exitosa.

Figura 1 – Afresco da Libreria Piccolomini, Catedral de Siena.



Fonte: Pinturicchio (c.1502-c.1508). Libreria Piccolomini, Catedral de Siena, Siena, Itália. Disponível em: <https://www.wga.hu/index1.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

ISSN: 2177-5648 OPSIS (Online), *Catalão-GO*, *v*. 18, *n*. 1, *p*. 89-97, jan./jun. 2018

Figura 2 – Collona del Portogallo.



Fonte: Wikimedia Commons, 2018. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Colonna_del_Portogallo_(Siena)>. Acesso em: 18 mar. 2018.

*

Avançando algumas décadas do contexto do *Diário* e da viagem de Jorge de Ehingen, chegamos à embaixada enviada pelo rei D. João II e ao documento *Oratio Oboedientiae* de 1485. Trata-se aqui dos discursos em latim pronunciados por oradores perante o Sumo Pontífice, em nome do monarca, o qual representava em missão diplomática, prática que remonta, ao menos, ao século XII, e que ganhou maior destaque no período quatrocentista em virtude do contexto cismático que atravessava a Santa Sé. Mais do que simples missões protocolares, as embaixadas de obediência ocorriam após a eleição de um novo papa ou a mudança de rei. Eram compostas por membros ilustres da corte régia e caracterizavam-se pela ostentação e pela promoção da imagem do rei e do reino emissor da missão. Influenciadas pela matriz ciceroniana que marcava a retórica de finais do medievo e instituía as práticas culturais da Cúria, as orações obedienciais tinham especial relevo na cerimônia de obediência, ficando sob responsabilidade de um latinista renomado (PEREIRA, 1991, p. 49).

Constam registros de algumas embaixadas de obediência enviadas por Portugal ao longo do século XV, como as comitivas formadas por João de Ataíde, Diogo Soares, João Fernandes da Silveira, Lourenço Vasques de Elvas, Rui Gomes, Pedro Lourenço de Almeida e Luís Pires, ao papa Nicolau V (1448); por Afonso Velho, João de Meneses e Nuno Fernandes Tinoco, ao papa Calisto III (1455); por Diogo da Silveira, Nuno Fernandes Tinoco e o Rei de Armas Portugal, ao papa Pio II (1458-59); e por João Teixeira e Lopo de Almeida, ao papa Xisto IV (1471). Além destas, cita-se a embaixada enviada por D. João II ao papa Inocêncio VIII, em 14 de junho de 1485, constituída pelos embaixadores D. Pedro de Noronha, Rui de Pina e Vasco Fernandes de Lucena, este responsável pela oração de obediência.

Na *Chronica d'el Rey D. João II*, Rui de Pina, um dos membros da comitiva, oferece apontamentos sobre a grandiosidade e o cerimonial que esteve relacionado à missão. O cronista descreve que

> Os quaees [os embaixadores] atee Roma foram per terra, com sua embaixada honrada, e de Fidalgos, e Cavaleiros, e outra nobre gente muy bem acompanhada. E em chegando foy de toda a Corte de Roma com muita honra recebida. E o dia da obediencia foy em Consistorio pubrico, dada ao Papa muy solepnemente, com hua muy elegante Oraçam, com grandes, e muy verdadeiros louvores do Regno, e dos Reys de Portugal, de sua muy singular devaçam, e observancia a Se Apostolica. E aas cousas que em nome d'ElRey se requereram, ho papa per meo do Cardeal de Portugal [D. Jorge da Costa], que era seu Protector, satisfez muy benina, e graciosamente (PINA, 1972, p. 66-67).

Rui de Pina não oferece detalhes sobre a atuação da embaixada, concentrando-se em resumir as principais graças concedidas pelo pontífice, e essa lacuna faz sobressair a contribuição do texto da oração de obediência proferida por Vasco de Lucena. Antes de avançar no documento, cabe apresentar algumas considerações sobre esse importante humanista português.

Natural da cidade de Lucena, em Castela, Vasco Fernandes chegou a Portugal durante o reinado de D. Duarte (c.1433-1434) e sua trajetória varia entre cargos na burocracia régia – desembargador, regedor, chanceler – e uma atividade cultural pontuada por traduções, escritos e pelo exercício da função de guarda-mor da Torre do Tombo (1486-1496) e

cronista-mor do reino (1487-1497). Participou de seis missões diplomáticas entre 1436 e 1490, atravessando, desta maneira, os reinados de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Durante o reinado de D. Duarte, o doutor Vasco Fernandes de Lucena foi designado como embaixador ao Concílio de Basiléia (1436) na missão chefiada pelo conde de Ourém. Atuou no concílio e junto ao papa Eugênio IV, a quem também apresentou uma oração de obediência e inquiriu sobre a licitude da guerra africana, um dos principais objetivos da intervenção de Portugal no concílio. No reinado de D. João II, Vasco de Lucena foi nomeado chanceler da Casa do Cível (1481), desembargador do ofício dos agravos da mesma Casa (1482), chegando a guarda-mor da Torre do Tombo em 1486, e voltando a ser designado para os assuntos diplomáticos em 1485 e 1490 (MORENO, 1979, p. 842-849; NASCIMENTO, 1993, p. 647-648)[5]

Apresentado o embaixador, passa-se ao documento. Lucena (apud ALMEIDA, 1990) inicia a oração declarando sua incapacidade como orador, característica da retórica antiga e que orientava as práticas do período na modalidade de *captatio benevolentiae*, e segue com a exposição dos "merecimentos da Casa Lusitana", destacando a virtude e a piedade dos seus Reis, o amor destes à fé católica e a observância à Santa e Apostólica Igreja. Nesse item, o orador expõe as origens da história de Portugal, destacando as conquistas de D. Afonso Henriques e o milagre de Ourique:

> Mais tarde, nos campos de Ourique, no local a que o povo chama hoje "Cabeças de Reis", com pequeno exército lutou contra cinco poderosíssimos reis e venceu-os; nesta batalha, em que se bateu valorosa e denodadamente, os Bárbaros quebraram-lhe por cinco vezes com suas lanças os escudos que segurava na mão esquerda. Dessa singular e ínclita vitória se originou a representação das insígnias e armas dos reis portugueses [...]. D. Afonso, antes de dar sinal aos soldados, ajoelhado em oração, viu o Salvador pendente da Cruz; foi tal a confiança do ânimo real, tal a fé gravada no seu coração que tão extraordinário milagre o não aterrorizou antes o fez avançar... (LUCENA apud ALMEIDA, 1990, p. 66-67).

A oração prossegue com a exposição do avanço da Reconquista pelos reis portugueses, destacando, por exemplo, a batalha do Salado (1340), passando de imediato ao "ínclito e egrégio D. João I", que "pôs cerco e tomou a cidade de Ceuta, notável pela sua grandeza e opulência" (LUCENA apud ALMEIDA, 1990, p. 68). Após a breve alusão ao primeiro rei da dinastia de Avis, Vasco Fernandes de Lucena apresenta os demais reis avisinos:

> D. Duarte, filho do memorado D. João e avô do nosso D. João, émulo da glória paterna, nos seus escassos cinco anos de reinado, considerou que não seria honroso confinar-se nas fronteiras do reino de Portugal, senão antes empreender algum feito notável pela difusão da Religião Cristã. Com tal espírito, cuidou não só de proteger, com valentia, a cidade de Ceuta dos assaltos dos Infiéis, mas ainda atacou Tânger, cidade tão antiga quanto forte, cercada por um exército que confiara a seus irmãos, Henrique e Fernando. Em socorro desta cidade veio, porém, uma quase incrível multidão de mouros que, infelizmente, a libertou, sendo então que D. Fernando, irmão do rei e um dos chefes, varão por de mais santo, se ofereceu como refém voluntário ou antes, como verdadeira vítima de sacrifício, tendo sido entregue aos Bárbaros, sob condição de que não seria resgatado senão em troca da restituição da cidade de Ceuta (LUCENA apud ALMEIDA, 1990, p. 68-69).

Com base na oração, a história do reino de Portugal sob a dinastia de Avis tem como fio condutor o empenho dos monarcas na expansão da fé e na luta contra os infiéis, elementos que resultaram no sacrifício do infante Santo em defesa da cidade de Ceuta. Vasco de Lucena acrescenta em seguida: "Veja, Vossa Santidade, como, em defesa da Fé Católica, não bastavam trabalhos, despesas e constantes situações de perigo para chefes e combatentes: essas dificuldades, em guerra tão gloriosa, atingem também a própria Corte e provocam derramamento de sangue real" (apud ALMEIDA, 1990, p. 69). Toda essa argumentação demonstra que a veiculação da história do reino na ilustre embaixada de 1485 promoveu uma releitura dos acontecimentos quatrocentistas, passando pela conquista de Ceuta, pelo cativeiro de D. Fernando, pelas guerras do reinado de D. Afonso V, e mesmo pela intervenção de D. João II contra os opositores da nobreza do reino. Todos esses acontecimentos foram integrados para constituir a história do reino de Portugal, uma história marcada pela providência divina guiando os monarcas desde a fundação do reino, ação sobrenatural expressa primeiramente no milagre de Ourique.

A gesta de Afonso Henriques conta, desde a segunda metade do século XIV, com um motivo literário que é a aparição de Cristo ao rei nos campos de Ourique (NASCIMENTO, 1993, p. 458). Não obstante, será no *Livro de Arautos* (*De Ministerio Armorum*), de 1416, texto relativo à comitiva portuguesa no Concílio de Constança, que se apresenta a primeira referência ao milagre. Na obra o arauto português descreve que

> No dia imediato, travado o combate entre sarracenos e cristãos, caíram mortos os cinco reis, juntamente com o seu exército, e pelo rei cristão recém-aclamado foram quebrados cinco escudos com a força do seu vigoroso braço. E, porque antes de ser travado este combate, tal rei cristão tinha tido uma visão em que se lhe mostrara Nosso Senhor Jesus Cristo com as cinco chagas, e, pelo auxílio da graça do mesmo Cristo, vencera os cinco reis infiéis, e nesse combate havia despedaçado cinco escudos com a força do seu braço, escolheu-os como insígnias ou armas para si e para seus sucessores (NASCIMENTO, 1977, p. 256-258).

Em ordem cronológica, as demais referências são a *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, 1419, a *Crónica breve de Santa Cruz de Coimbra*, 1451, e a oração de 1485, e é interessante observar que duas das quatro primeiras referências ao milagre de Ourique são relacionadas à diplomacia portuguesa. Nas palavras de Luís Adão da Fonseca a relevância do discurso de Lucena reside em dois aspectos: a antecipação, através de um discurso diplomático, da importância que o mito vai ter no século XVI como argumento ideológico ao serviço de uma memória nacional; e estruturação de uma breve história de Portugal associada a uma proclamação de teor messiânico, dando assim a entender que a história do reino, na perspectiva do poder lusitano, se insere num espaço temporal definido, antes e agora, por coordenadas messiânicas (FONSECA, 2011, p. 109).

Nesses termos é possível considerar que através de diferentes ações, entre elas a diplomacia, a dinastia de Avis fez um singular uso do passado, produzindo uma história do reino de Portugal que articulava os feitos de Afonso Henriques na fundação do reino, explicados em termos miraculosos, aos recentes êxitos e desventuras das campanhas portuguesas na

África, igualmente expressões da providência divina e do messianismo que caracterizavam os reis de Avis. Essa história criava uma memória para o reino, memória que foi escrita em crônicas, edificada em construções, como o Mosteiro da Batalha ou a *Collona del Portogallo*, institucionalizada em espaços, como a Torre do Tombo, e comunicada ao reino e ao estrangeiro em cerimônias da diplomacia.

Notas

1 Desde os anos 1980, por exemplo, a professora Vânia Leite Fróes (UFF) vem desenvolvendo pesquisas e orientando monografias, dissertações e teses relacionadas ao "projeto político de Avis", investigações que aproximam um amplo *corpus* documental relacionado à monarquia de Avis, como a literatura moralística, a produção cronística, leis e posturas, narrativas de viagens, a produção de imagens etc. Do mesmo modo, a proposta de um "esforço propagandístico" da dinastia aparece em diferentes trabalhos de Luís Adão da Fonseca, por exemplo, *Portugal entre dos mares* (1993), *Os descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico* (1999), "A Morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV" (1993) e "Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV" (2003). Ver ainda: *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica* (1984), de Armindo de Sousa (1984).

2 "As imagens de poder e majestade eram promovidas por meio de celebrações e festas muito elaboradas, de torneios e de entradas cerimoniais nas cidades e povoamentos do reino. [...] As justas da época, com frequência um evento selvagem em si, mas em que a violência estava regulada, as festas cerimoniais que muitas vezes incluíam representações dramáticas com sugestivos *tableaux vivans* [pinturas vivas] e maquinaria fantástica e entradas solenes nas cidades, tudo isso constituía terreno fértil onde se criava e crescia a nova "religião da monarquia", uma religião que se introduzia inexoravelmente através dos valores laicos e espirituais em todo o ocidente medieval. [...] Além disso, os símbolos e as cores que se exibiam nestes acontecimentos eram por si mensagens tão importantes como as celebrações mesmas: estas mensagens, às vezes, não são fáceis de reconhecer nem de explicar e, porém, jogam um papel tão crucial na elaboração da imagem do rei como outros fatores muito melhor estudados." (RUÍZ, 1988, p. 250, tradução nossa).

3 A narrativa destaca a presença dos personagens em Portugal, assim como os festejos realizados em comemoração ao matrimônio. O texto prossegue descrevendo as cerimônias ocorridas na Itália, envolvendo a imperatriz, Frederico III e Eneas Silvio Piccolomini, futuro papa Pio II. Uma das principais particularidades da narrativa é o detalhamento das festas e, consequentemente, da vida urbana lisboeta de meados do século XV. O *Diário* foi primeiramente publicado em Augsburg (1503), em latim, edição preparada pelo bispo Nicolau, titular de Hipona, que indica que a narrativa pertence a Nicolau de Valckenstein, capelão imperial ao tempo de Frederico III. Conforme Aires do Nascimento (1992), a edição de Burcardo Gotthelfo Struvio, *Rerum Germanicarum Scriptores varii* (1717), serviu de base para a publicação de António Caetano de Sousa, presente em latim nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (1739), e para os estudos portugueses de Luciano Cordeiro (1894) e Sousa Viterbo (1909). Paralelamente a essa tradição textual, Jerónimo/Hieronymus Pez notou deficiências na edição de 1503 e censurou a edição de Struvio, publicando uma nova versão do *Diário* em *Scriptores Rerum Austriarcarum Veteres ac Genuini* (1725). Nesta, Pez usou o manuscrito *Codex Vindobonensis Palatinus 3236*, encontrado no mosteiro de Santa Doroteia, que é um manuscrito anterior ao texto de 1503 e com autógrafo de Valckenstein. Esse panorama visa a esclarecer as duas tradições documentais que embasaram a edição bilíngue (latim-português)

de Aires do Nascimento, publicada em 1992, a referência mais atualizada para a leitura da narrativa e a que será usada neste artigo: *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Edição do texto latino e tradução de Aires do Nascimento. Colaboração de Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992. A partir deste momento, cita-se como *Diário*.

4 O texto quatrocentista foi originalmente publicado em alemão por Raymond Fugger (1600), contendo dez retratos dos monarcas a quem Einghen serviu. Em 1842, a associação literária de Stuttgart publicou uma nova edição da viagem sob a direção de Franz Pfeiffer, e esta foi a base para a primeira tradução para o espanhol. Compondo o tomo VIII da coleção *Libros de Antaño*, sob o título de *Viajes por España de Jorge de Einghen, del Baron Leon de Rosmithal de Blatna, de Francisco Guicciardini y de Andrés Navajero* (1879), o texto tem António María Fabié como o responsável pela tradução. Há também outra edição espanhola da narrativa, presente na obra de José García Mercadal, *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*. Não conhecemos a existência de uma edição do texto em português. A partir deste momento, cita-se como *Viaje*.

5 Pelos apontamentos biográficos apresentados, constata-se que à época da embaixada de obediência ao papa Inocêncio VIII Vasco Fernandes de Lucena seria, ao menos, um septuagenário, tendo vivido até o final do século XV. Essa significativa longevidade causa estranhamento, porém, em linhas gerais, autores como Humberto Baquero Moreno (1979), Ruy Torres (s/d) e Vítor Rodrigues (1994) consideram que o embaixador dos anos 1430 e o guarda-mor dos anos 1490 são a mesma pessoa. Visto que a presente reflexão se concentra no conteúdo da oração e não no personagem, não nos deteremos nessa discussão. Para um aprofundamento sobre a questão, ver: Paviot (2000).

Fontes

[DIÁRIO]. **Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein**. Ed. Trad. Aires do Nascimento. Colaboração: Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

NASCIMENTO, Aires Augusto. **Livro de Arautos (De Ministerio Armorum)**. Lisboa: s.n. 1977.

PINA, Rui de. **Chronica de El- Rei D. Affonso V**. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901. 3 v.

_____. Chronica de El-Rey D. João II. In: **Collecção de Livros Ineditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II**. Tomo II. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792.

[VIAJE]. Viaje de Jorge de Ehingen. In: **Libros de Antaño,VIII: Viajes por España de Jorge de Einghen, del Baron Leon de Rosmithal de Blatna, de Francisco Guicciardini y de Andrés Navajero**. Trad. António María Fabié. Madrid: Librería de los Bibliófilos, 1879. p.1-46. Disponível em: <https://archive.org/details/viajesporespaa00fabiuoft>. Acesso em: 09 jun. 2017.

Referências

ALMEIDA, Justino Mendes de. A diplomacia portuguesa no período áureo dos descobrimentos. As orações obedienciais (de obedientia) ao papa. In: A DIPLOMACIA NA HISTÓRIA DE PORTUGAL, 1988, Lisboa. **Atas do colóquio...** Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990. p. 59-77.

ALTHOFF, Gerd. **Spielregeln der Politik im Mittelalter. Kommunikation in Frieden und Fehde**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1997.

AMARAL, Clínio de Oliveira. **O culto ao infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481)**. 2008. 374f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

CURTO, Diogo Ramada. A cultura política. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. **No Alvorecer da Modernidade:** História de Portugal. v. 3. Lisboa: Estampa, 1997.

FONSECA, Luís Adão da. **D. João II**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

_____. **Os Descobrimentos e a formação do oceano atlântico.** Século XIV-Século XVI. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

_____. A morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV, **Biblos**, v.59, 1993, p.507-538.

_____. Política e Cultura nas relações luso-castelhanas no século XV. **Península**. Revista de Estudos Ibéricos, n. 0, 2003, p. 53-61. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12581.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2017.

_____. **Portugal entre dos mares**. Madrid: Mapfre, 1993.

GRINBERG, Martine. Fête. In: GAUVARD, Claude, LIBERA, Alain de & ZINK, Michel. **Dictionnaire du Moyen Âge**. 3 ed. Paris: Quadrige/PUF, 2009. p. 525-526.

JACQUOT, Jean. La fête princière. In: **Histoire des Spectacles**: Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1965.

JUCKER, Michael. **Gesandte, Schreiber, Akten:** politische Kommunikation auf eidgenössischen Tagsatzungen im Spätmittelalter. Zurich: Chronos, 2004.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel. **Las fiestas en la cultura medieval**. Barcelona: Areté, 2004.

LUTTER, Christina. **Politische Kommunikation an der Wende vom Mittelalter zur Neuzeit.** Die diplomatischen Beziehungen zwischen der Republik Venedig und Maximilian I. (1495 1508). Vienne-Munich: Oldenburg Verlag, coll. Veröffentlichungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung, 1998.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. **A Batalha de Alfarrobeira**: Antecedentes e significado histórico: v. 2. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.

NASCIMENTO, Aires A. Introdução. In: **Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein**. Ed. Trad. Aires A. Nascimento. Colaboração: Maria João Branco e Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, p. 9-13.

_____. Milagre de Ourique. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org.; Coord.) **Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa.** 2 ed. Lisboa: Editora Caminho, 1993. p. 458.

PAVIOT, Jacques. Vasco Fernandes de Lucena. In: **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**. v. 39, 2000. p. 87-96.

PÉQUIGNOT, Stéphane. **Au nom du Roi**: Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327). Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

PEREIRA, Belmiro Fernandes. **As Orações de Obediência de Aquiles Estaço**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991.

QUELLER, Donald E. **The Office of Ambassador in the Middle Ages**. Princeton: Princeton University Press, 1967.

RODRIGUES, Vítor. Lucena, Vasco Fernandes de. In: ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.). **Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses**. v. 2. Lisboa: Caminho, 1994.

RUÍZ, Teófilo F. Fiestas, Torneos y Símbolos de realeza en la Castilla del siglo XV. Las fiestas de Valladolid de 1428. In: RUCQUOI, Adeline (Coord.). **Realidad e Imagenes del poder. España a fines de la Edad Media.** Valladolid: Ambito ediciones, 1988.

SOUSA, Armindo de. **A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica.** Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

TORRES, Ruy d' Abreu. Vasco Fernandes de Lucena. In: SERRÃO, Joel (dir.). **Dicionário de História de Portugal**. v.4. Porto: Figueirinhas, s/d.

VIVO, Filippo de. **Information and Communication in Venice**: rethinking Early Modern Politcs. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Recebido em 10 de junho de 2017
Aceito em 20 de novembro de 2017